



Contribuições da Vale S.A. à Consulta Pública Nº 18 de 2020 da
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de
Minas Gerais – SEDE-MG

Novembro/2020

Minuta SEDE	Proposta de Alteração	Justificativa
<p>Art. 2º - Os incisos XII e XIII da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º - [...]</p> <p>XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;</p> <p>XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;”</p> <p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p>	<p>Art. 2º - Os incisos XII, XIII e XIV da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º - [...]</p> <p>[...]</p> <p>XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;</p> <p>[...]</p> <p>XIV - CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega, atendido, ou a ser atendido, pela concessionária, que atenda às necessidades previstas nesta resolução para tornar-se um consumidor livre;</p> <p>[...]</p>	<p>A sugestão de alteração tange à não limitação de atendimento ao consumidor livre e potencialmente livre a um único ponto de entrega. Não entendemos que há razões para criação deste tipo de barreira quando o objetivo é criar regras claras e que facilitem o acesso ao mercado livre.</p>

Minuta SEDE	Proposta de Alteração	Justificativa
<p>Inclusão de inciso ao art. 2º</p>	<p>XXX – CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: consumidor que possui contratação simultânea de compra de gás tanto no Mercado Livre quanto no Mercado Cativo.</p>	<p>Deve ser assegurado o direito de o agente livre poder contratar o fornecimento de gás natural simultaneamente no mercado cativo e no mercado livre, enquanto subsistir um mercado cativo. Com a abertura do mercado, consumidores habilitados a se tornarem livres poderão ter maior diversidade de opções contratuais de fornecimento da molécula (seja em preço, quantidade,</p>

		<p>prazo e flexibilidade). Neste sentido, num ambiente contratual diverso, os produtos e serviços ofertados na Comercialização deverão ser criados e adaptados às necessidades dos consumidores livres. Todavia, num primeiro estágio de evolução do novo modelo de gás natural no Brasil, a decisão de migração para o Mercado Livre pode envolver riscos e incertezas elevados. A contratação simultânea no mercado livre e regulado mitiga essas incertezas, ao permitir que o consumidor conheça o novo ambiente aos poucos, partindo de volumes menos essenciais até uma migração completa.</p>
Inclusão de inciso ao art. 2º	<p>XXXI - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre e parcialmente livre, autoprodutor ou auto-importador, nos termos desta Regulação</p>	<p>Importante definir a tarifa cobrada especificamente pelo serviço de distribuição prestado pela concessionária, uma vez que será este o custo a ser cobrado aos consumidores contratados no mercado livre.</p>
Inclusão de inciso ao art. 2º	<p>XXXII - INSTALAÇÕES DE USO ESPECÍFICO: todas instalações, incluindo gasodutos que conectam diretamente o consumidor livre, o auto-importador, ou autoprodutor ao transporte, UPGN ou terminais de GNL, por meio de ramal específico não interligado ao sistema de distribuição</p>	<p>Importante definir as instalações de uso específico que poderão ser construídas pela distribuidora ou por outro agente privado, para conexão a fontes específicas de molécula de gás, contratada pelo consumidor livre.</p>
Inclusão de inciso ao art. 2º	<p>XXXIII - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA (TUSD-e): Tarifa que compreende a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado para uso específico, conforme definição desta Regulação.</p>	<p>Necessário definir uma tarifa específica para uso do sistema de distribuição, aplicável ao Agente Livre atendido por um ramal específico, a ser calculada considerando os custos de operação e manutenção realizado pela concessionária.</p>

Minuta SEDE	Proposta de Alteração	Justificativa
<p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]</p> <p>II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).</p> <p>§ 1º - O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos), para permanecer na condição de consumidor livre.</p> <p>[...]</p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.”</p>	<p>Art. 3º - Os incisos I e II, parágrafo 1º e parágrafo 5º do art. 3º da Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º - [...]</p> <p>II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre ou parcialmente livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).</p> <p>§ 4º - O consumidor potencialmente livre para se tornar consumidor livre, que tiver contrato vigente de fornecimento com a concessionária celebrado em data anterior a da abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 1 (um) ano antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.</p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias</p>	<p>Entendemos que não cabe ao escopo da agência limitar a um período mínimo de 1 ano o contrato de fornecimento no âmbito do mercado livre, para que um consumidor potencialmente livre possa se tornar um consumidor livre. Estes contratos de fornecimento de molécula não devem ser controlados ou regulamentados no âmbito estadual.</p> <p>Sugerimos retirar o § 4º da resolução vigente para ajustar as regras a todos os usuários livres ou potencialmente livres no estado e, assim, garanta maior acessibilidade e flexibilidade para a captura de oportunidades oriunda da criação do novo arcabouço regulatório do estado.</p> <p>Com relação ao prazo de antecedência para comunicação da migração do consumidor do mercado ativo ao mercado livre, sugerimos permitir expressamente a migração em prazo inferior a 120 dias, desde que em comum acordo entre o agente livre e a concessionária, podendo ocorrer a qualquer tempo, desde que comprovadamente não implique em ônus para a concessionária.</p>

	antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio , podendo ser reduzido bilateralmente entre as partes, e sem levar em consideração a data de encerramento do contrato vigente com a concessionária devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento . Caso fique comprovado que a migração não causará nenhum ônus à distribuidora, o movimento poderá acontecer a qualquer tempo. ”	
--	---	--

Minuta SEDE	Proposta de Alteração	Justificativa
Inclusão de artigo à resolução vigente, para tratar da comercialização de volumes de gás contratado.	Art. “XX” – O consumidor livre ou parcialmente livre poderá vender volumes excedentes ao contratado e não consumido em suas operações.	<p>Em eventuais situações onde haja um desbalanceamento entre o volume de compra contratado pelo consumidor e a demanda efetiva, é pertinente a permissão da venda do excedente a um outro cliente dentro da rota de gasodutos, evitando assim o pagamento de possíveis penalidades por consumo abaixo de uma faixa mínima do contratado. Em geral, a venda de excedentes terá como único objetivo adequar portfólios e gerenciar riscos diante de uma parada não programada ou arrefecimento da demanda por condições diversas pertinentes ao seu mercado.</p> <p>Em tempo, o entendimento é que a comercialização pertence ao âmbito federal (ANP). À agência reguladora pode caber apenas, de fato, a menção de que os clientes livres (regulado em esfera estadual) podem comercializar seus volumes.</p>

Complemento ao Art. 5-ºA	Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres e parcialmente livres. O processo de aprovação da minuta pela agência reguladora deverá considerar as contribuições recebidas através de Consulta Pública aberta ao mercado.	Importante considerar a necessidade de consulta pública precedente à homologação do contrato pela agência reguladora.
Exclusão do art. 6º da resolução vigente	Art. 6º – Os fornecedores de gás da concessionária não poderão, durante os 15 (quinze) primeiros anos após a abertura do mercado livre, realizar contrato de compra e venda de gás junto aos consumidores potencialmente livres, caso a redução de volume no mercado regulado gere a necessidade de pagamento de compromissos contratuais de retirada mínima de gás ou de utilização mínima do sistema de transporte pela concessionária ao seu fornecedor.	Este artigo é opositor às regras de flexibilização que se deseja criar com o movimento de abertura do mercado e não faz sentido a sua manutenção dentro do atual contexto.
Inclusão de artigos que contemple os investimentos em instalações de uso específico (ramal dedicado).	Art. “XX” – A concessionária e os agentes livres de mercado poderão firmar, mediante mútuo acordo, realizar o investimento do ramal dedicado, que permitam a esses últimos: I - construir gasodutos e instalações de forma exclusiva; II - construir gasodutos e instalações de forma compartilhada com a concessionária; III - arcar integralmente com o custo da construção de gasodutos e instalações pela concessionária; e IV - arcar parcialmente com o custo da construção de gasodutos e instalações pela concessionária.	Permitir ao agente livre de mercado construir e implantar, diretamente, instalações e gasodutos para atender suas necessidades específicas, inclusive através de consórcios com um ou mais agentes livres, mediante celebração de contrato que atribua à concessionária sua operação e manutenção, fazendo jus a tratamento tarifário específico para o uso do sistema de distribuição exclusiva de gás canalizado (TUSD-e). Pode ser explicitado o direito de preferência da concessionária para construir gasoduto dedicado, com prazo

		adequado para o seu exercício. Deve pressupor que a concessionária comprove à agência reguladora a capacidade de fazê-lo em igualdade de condições com aquelas propostas pelo agente livre, relativas a custos para construção, especificações técnicas e prazo de execução do projeto.
--	--	---